

As ciências humanas: contribuições ao debate sobre o conceito de desenvolvimento

SANDRO LUIZ BAZZANELLA*

WALTER MARCOS KNAESEL BIRKNER**

Resumo: Este artigo é resultado de pesquisas que tem como fio condutor a investigação entre o surgimento do conceito de vida nas Ciências Humanas e o surgimento dos discursos e ações em torno do conceito de desenvolvimento. A hipótese norteadora deste artigo se apresenta na seguinte perspectiva: A legitimidade do conceito de desenvolvimento como articulador de análises, interpretações e discursos sobre a dinâmica das sociedades humanas ocidentais, se efetivou na medida em que se estabeleceu o conceito de vida humana advindo das Ciências Humanas. As categorias analíticas e discursivas sobre desenvolvimento estão intimamente vinculadas às categorias conceituais e analíticas das ciências humanas, e o reconhecimento destas relações e implicações pode potencializar novas visões e compreensões teóricas e práticas sobre a dinâmica de desenvolvimento de nossas sociedades regionais.

Palavras-chave: Ciências Humanas; Vida; Progresso; Desenvolvimento.

The human sciences: contributions to the debate on the concept of Development

Abstract: This article is the result of research that has as a guideline the investigation between the emergence of the concept of life in the Human Sciences and the emergence of discourses and actions around the concept of development. The guiding hypothesis of this article is presented in the following perspective: The legitimacy of the concept of development as an articulator of analyzes, interpretations and discourses on the dynamics of western human societies, became effective in the measure in which the concept of human life was established coming from the Human Sciences. The analytical and discursive categories of development are intimately bound up with the conceptual and analytical categories of the human sciences, and the recognition of these relations and implications can potentiate new visions and theoretical and practical insights into the development dynamics of our regional societies.

Key words: Human Sciences; Life; Progress; Development.



* SANDRO LUIZ BAZZANELLA é Doutor em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina; professor titular de filosofia da Universidade do Contestado na graduação e no Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional.



** WALTER MARCOS KNAESEL BIRKNER é Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas; professor visitante do Programa de Pós-graduação em Sociedade e Fronteiras da UFRR; vinculado ao corpo docente da UNIFACVEST (Lages – SC).

1. Aspectos introdutórios

Compreender o nascimento das Ciências Humanas em meados do século XIX e sua vinculação às filosofias do desenvolvimento na segunda metade do século XX requer o reconhecimento de pressupostos teóricos e práticos presentes na cultura científica moderna, que conferiram as condições de possibilidades ao seu surgimento e afirmação.

A modernidade se estabelece, entre outras possibilidades interpretativas, com a pretensão de fundar as prerrogativas constitutivas de sua cosmovisão sobre a razão. O antropocentrismo caracteriza-se pela reivindicação do homem em assumir os desígnios de sua existência, bem como da existência dos demais seres vivos do mundo. Ou seja, a vida, a existência e o mundo passam a ser resultantes da vontade e da representação humana. A modernidade ancorada na racionalidade científica e técnica prescindem, agora, dos pressupostos teocêntricos. Não há mais espaço para Deus e suas imposições moralizantes, bem como para a deificação do mundo e da natureza.

Porém, esta perspectiva antropocêntrica na gênese do projeto moderno sofre três duros golpes, antecipando em parte o anúncio de Nietzsche sobre a morte de Deus, em meados do século XIX, decretando também a morte do homem, como algo essencial, substancial, fundamento da existência e do mundo. Se as pretensões antropocêntricas exigem a morte de Deus, sua radicalização conduz também à morte do homem como imagem e semelhança do criador. Além disso, promove sua morte como um ser que ainda pretendesse alguma distinção, alguma essência em relação à totalidade da vida que se manifesta sobre a terra. Assim, a morte

do homem essencial significa a possibilidade de sua objetivação e quantificação pela racionalidade científica. O homem torna-se objeto de estudo e análises das ciências. Passa a compor as estatísticas e seus comportamentos são agora mensurados, projetados, senão antecipados pelas mais diversas ciências e, mais especificamente, pelas humanas. A criatura supra-sumiu o criador.

2. Três duros golpes nas pretensões humanas

Galileu Galilei (1564-1642) foi o primeiro a acionar as abissais forças tectônicas, ao reafirmar o que Giordano Bruno (1548-1600) já havia dito e que o levou à fogueira da inquisição, de que a terra não era o centro do mundo, mas apenas um planeta entre milhares deles presentes no universo a vagar solitário, na imensidão do cosmos, sem nenhuma âncora a sustentar sua trajetória, a dar sentido a sua existência, sem um porto, ou, um lugar seguro que garantisse a salvação, a felicidade, a segurança de uma vida, condição necessária aos seres humanos. Foi um duro golpe no reino da necessidade, ao apresentar a contingência como condição presente e, sobretudo constitutiva da dinâmica cosmológica e consequentemente antropológica.

O segundo abalo sísmico veio no século XIX com Charles Darwin (1809-1882), ao apresentar seus estudos sobre a evolução, presente em sua obra publicada em 1859: "*A Origem das Espécies*". Não bastava não sermos o centro do universo, agora nos dávamos conta de que temos uma incômoda proximidade, senão, vinculação com a natureza. Com Darwin, apresenta-se o constrangimento de termos que nos colocar como resultado de um conjunto de probabilidades caóticas, históricas e físico-químicas que se estabeleceram no

caudal da evolução. Nada nos torna especiais, a não ser a contingência dos processos naturais, aos quais estivemos e estamos submetidos ao longo de milhões de anos e, que nos trouxeram até o presente momento. Acrescente-se a esta condição o fato dos seres humanos, a partir de Darwin, apresentarem-se como uma ramificação do tronco comum dos símios.

O terceiro golpe desferido contra as pretensões antropocêntricas modernas foi desencadeado por Sigmund Freud (1856-1939), nos momentos finais das pretensões antropocêntricas, ao estabelecer uma estrutura à *psique* humana, remetendo ao inconsciente o *locus* das forças primevas, instintivas, presentes no homem. (NIETZSCHE, 2002, p. 24/25). Freud questiona duramente as pretensões humanas, colocando-nos diante do paradoxo de não sabermos quem somos. A perguntakantiana assume a centralidade do debate contemporâneo: O que é o homem. Mas, também de reconhecer que o processo civilizatório apresenta-se acima de tudo como uma camisa de força, como repressão a conformar os seres humanos a determinadas perspectivas vitais.

O impacto epistemológico destes acontecimentos, como decorrência dos avanços dos pressupostos científicos que se estabeleceram ao longo da modernidade, situam significativas mudanças ontológicas no que se refere a percepção de si que os homens constituíram ao longo do século XIX e XX. Os avanços da física, da química, afirmaram as ciências naturais e, impulsionaram a abertura de novos campos científicos permitindo o surgimento de um conjunto de novas ciências e conseqüentemente de seus respectivos objetos. Exemplo notório e de profundos impactos ao longo do

século XIX e XX, e dos dias vindouros, o nascimento da biologia como campo científico que envolve o estudo da vida em suas várias formas de manifestação. “A partir do século XIX, o campo epistemológico se fragmenta ou, antes, explode em direções diferentes.” (FOUCAULT, 2007, p. 478)

O campo epistemológico que percorrem as ciências humanas não foi prescrito de antemão: nenhuma filosofia, nenhuma opção política ou moral, nenhuma ciência empírica, qualquer que fosse nenhuma observação do corpo humano, nenhuma análise da sensação, da imaginação ou das paixões, jamais encontrou, nos séculos XVII e XVIII, alguma coisa como o homem; pois o homem não existia. (FOUCAULT, 2007, p. 476)

3. A imagem e representação do homem

Assim, constitui-se no século XIX a imagem referencial de homem que se tornou o objeto das ciências humanas. Objeto de saber caracterizado pelo seu policientificismo, na medida em que se constituiu a partir das contribuições de outros campos científicos e transita entre as várias ciências humanas. Objeto que se caracteriza pela participação numa dupla dimensão. Por um lado, um objeto empírico, enquanto portador de um corpo, e de manifestações características latentes deste mesmo corpo, que podem ser observadas, analisadas, quantificadas e projetadas em esquemas interpretativos, submetidas a variáveis estatísticas. E por outro lado, um objeto transcendental. Um objeto portador de espírito, que pensa, que projeta mentalmente o mundo, que estabelece uma multiplicidade de relações, consigo mesmo, com os outros, com o mundo, com algo que designa como transcendente. Enfim, um objeto imerso na cultura que ele mesmo constitui. “e é

o aparecimento desse ser empírico-transcendental, desse ser cujo pensamento é infinitamente tramado com o impensado desse ser sempre separado de uma origem que lhe é prometida na imediatidade do retorno – é esse aparecimento que dá às ciências humanas sua feição singular.” (FOUCAULT, 2007, p. 484)

Talvez, sob os argumentos até aqui desenvolvidos, seja possível dizer que a constituição do objeto das ciências humanas é o ápice do projeto moderno após a afirmação das ciências exatas e naturais. Provida das contribuições e perspectivas metodológicas e científicas clarividentes, o homem, a vida humana em sua dimensão biológica individual e coletivamente passa a ser o objeto das nascentes ciências humanas. Na medida em que a vida humana em sua dimensão eminentemente biológica, mas também psicossocial, foi tomada como objeto da ciência passa a fazer parte dos cálculos da política, dos cálculos de custo e benefício projetados pela razão política-administrativa de Estado em função do melhor aproveitamento de seu capital humano individual e populacional. A riqueza e o poder de um Estado se apresenta na modernidade a partir de sua capacidade de administrar adequadamente seus recursos humanos e territoriais. É sob tais pressupostos que se apresentam os fundamentos das filosofias do desenvolvimento presentes na contemporaneidade, em suas pretensões de racionalizar a partir dos elementos da cultura, da objetividade das diversas formas sob as quais o capital se constitui: econômico, cultural, político, humano e social, o desenvolvimento de comunidades, regiões, povos e países.

3.1 A concepção de vida (humana) para as ciências humanas

Porém, a vida em sua condição empírico-transcendental é um conceito híbrido, que reúne em si prerrogativas características da materialidade, bem como da imaterialidade, caracterizando-se pela dificuldade em sua definibilidade, ou mesmo de termos que reconhecer sua indefinibilidade e os problemas decorrentes desta situação. Os esforços na definibilidade da vida, necessariamente a associam a aspectos característicos e, de certa forma, determinantes na maneira como os mais variados seres vivos se apresentam. Assim, Aristóteles em sua obra: “*De Anima*” procurou definir vida e o fez descrevendo as diferenças da vida de animais e vegetais no que concerne aos modos de viver específicos de cada reino vital, sobretudo no que se refere a percepção, a nutrição, e a locomoção.

Nesta perspectiva, os olhares científicos lançados na modernidade desdobram-se em esforços específicos, em olhares particularizados a determinadas características do mundo natural, constituindo os mais variados objetos científicos, associados aos diversos campos de investigação. Segundo Foucault, as ciências humanas constituem seu objeto, “o homem”, partir de três dimensões que lhe são inerentes: o trabalho, a vida e a linguagem. “As ciências humanas, com efeito, endereçam-se ao homem na medida em que ele vive, fala e produz. É como ser vivo que cresce, tem funções e necessidades, que vê abrir-se um espaço cujas coordenadas móveis articula em sim mesmo.” (FOUCAULT, 2007, p. 485).

Assim, a vida às ciências humanas é vida qualificada. Não são objeto específico e primordial de seu interesse observações e análises de caráter

fisiológico e anatômico. Mas, a vida que se constitui como decorrência de um ser que vive temporalmente e espacialmente, que significa e simboliza o mundo em seu entorno, representando-o, articulando-o culturalmente com outros seres humanos. Vida humana e mundo humano, que se constituem através da linguagem que pronuncia o mundo, a natureza, a existência em sua totalidade. É vida que se qualifica na medida em que representa o mundo em seu entorno, na medida em que transforma a natureza criando objetos, e ao criá-los constitui a si próprio, potencializando seu pensamento na busca de sua realização pessoal e coletiva, na busca da felicidade, do bem viver.

Porém, isto não significa afirmar uma visão unilateral que durante certo período talvez tenha feito parte da cosmovisão das ciências humanas, que partia do pressuposto de que contexto cultural era a única possibilidade da “condição humana”. Esta postura desconhecia, ou não levava em conta, os avanços da física e da biologia, no estudo e contextualização das condições de possibilidade de estabelecimento dos pressupostos a partir dos quais isso nos permita falar de uma natureza humana, em sua condição biológica e histórica. “Para além da diversidade entre sociedades, culturas, épocas e indivíduos, os seres humanos compartilham uma natureza humana que é fonte comum de comportamentos, atitudes e motivações.” (LEIS; ASSMANN, 2006, p. 31)

A incapacidade de grande parte das ciências humanas e sociais para se aproveitarem dos descobrimentos derivados das ciências biológicas contemporâneas está associada à crença de que a cultura é a única “natureza humana” existente ou de que a cultura determina e explica

tudo (crença plenamente reforçada no senso comum emergente na segunda metade do século XX, que definiu como politicamente correto evitar qualquer contaminação com preconceitos biologicistas. (LEIS; ASSMANN, 2006, p. 32).

Em seus modos de viver como objeto das ciências humanas, o homem se constitui primordialmente como um ser que cria no decurso do tempo histórico, suas imagens referenciais, seus modos de ser e estar no mundo. Desta forma, a concepção de vida humana e, por extensão, de vida em sua totalidade, a partir da qual se articulam as mais diversas cosmovisões, e a partir das quais se procura compreender a existência e a ação dos homens na vida em sociedade, é resultante de sua capacidade criativa. É, portanto, produto de seu poder de representar a vida, de conferir-lhe sentido, finalidade na hierarquia dos valores humanos, sociais e naturais estabelecidos em determinado contexto histórico.

De um modo mais geral, o homem, para as ciências humanas, não é esse ser vivo que tem uma forma bem particular (uma fisiologia bastante especial e uma autonomia quase única); é esse ser vivo, que do interior da vida à qual pertence inteiramente e pela qual é atravessado em todo seu ser, constitui representações graças às quais ele vive a partir das quais detém esta estranha capacidade de poder se representar justamente a vida. (FOUCAULT, 2007, p. 487).

Assim, não é o homem espécie o objeto das ciências humanas, mas constitui-se enquanto tal, a medida que observa-se a dinâmica vital, a partir da qual responde às necessidades de sua dimensão biológica. Ali estão inseridos os indivíduos, nas suas diversas formas de interação, que se estabelecem em torno da produção, da troca, do consumo, na

forma como representam o mundo simbolicamente, estabelecendo a partir destes símbolos um conjunto de articulações linguísticas. Isso lhes permite articular discursos, comunicar-se e, assim projetar ações, qualificando ontologicamente e politicamente o fenômeno que se desenrola entre o nascimento e a morte dos indivíduos, a vida.

(...), só haverá ciência do homem se nos dirigirmos à maneira como os indivíduos ou os grupos se representam seus parceiros na produção e na troca, o modo como se esclarecem, ou ignoram, ou mascaram esse funcionamento e a posição que aí ocupam, maneira como se representam a sociedade em que isso ocorre, o modo como se sentem integrados a ela ou isolados, dependentes, submetidos ou livres; (FOUCAULT, 2007, p. 487).

Desta forma, o objeto das ciências humanas não é exclusivamente o trabalho, atividade que acompanha o homem desde seus primórdios, como decorrência de suas necessidades fisiológicas e materiais de sobrevivência. É também o homem que se constitui e se representa no conjunto das relações de produção, nas relações econômicas e sociais que em cada contexto societário se estabelece. A linguagem também não se configura como o objeto das ciências humanas, mas sim, o ser humano que surge, que se revela no contexto das representações, dos signos e significados atribuídos a partir da vida em coletividade, aos objetos em seu entorno. Um ser humano que se comunica, interage estabelece relações consigo mesmo, com outros seres humanos, com a natureza. Também, pode-se dizer que a vida, em sua dimensão meramente biológica, não se apresenta como objeto das ciências humanas, na medida em que a vida humana somente pode ser

definida em suas múltiplas formas, ou modos de viver, isto é, as formas que os seres humanos estabelecem como ideal de vida em determinados contextos culturais, econômicos, políticos e sociais.

“as ciências humanas não são uma análise do que o homem é por natureza; são antes uma análise que se estende entre o que o homem é em sua positividade (ser que vive, trabalha, fala) e o que permite a esse mesmo ser saber (ou buscar saber) o que é a vida, em que consistem a essência do trabalho e suas leis, e de que modo ele pode falar.” (FOUCAULT, 2007, p. 488).

Portanto, é no auge do projeto moderno que se apresentam as condições de possibilidade para a efetivação das ciências humanas. Ou seja, neste contexto, um conjunto de pressupostos epistemológicos, associados às variáveis políticas, econômicas e científicas, corroborou para o surgimento e efetivação das diversas ciências, que tem no homem seu objeto de análise. Num primeiro momento, a vida em sua dimensão biológica alcança condição privilegiada, passa a ser objeto de técnicas de saber advindos das descobertas da física, da química e da biologia e, conseqüentemente tais pressupostos definidores da vida em sua biologicidade, apresentam-se atraentes a lógica do poder estatal. Tal lógica se materializa na dinâmica política e econômica que configura a racionalidade político-administrativa do Estado moderno e sua necessidade constitutiva de extrair dos recursos humanos (a população), bem como dos recursos naturais e territoriais sua soberania. Depois, a definibilidade científica da vida humana desdobra-se num conjunto de objetos distribuídos nas mais variadas ciências que se constituem na contemporaneidade.

Desta forma, a vida humana em sua dimensão biológica é aprisionada pela política, assim como a política fica reduzida às demandas básicas de manutenção da vida. Como decorrência deste contexto, a vida humana em sua dimensão biológica passa a ser legislada, normalizada, normatizada e controlada em suas mais variadas formas de manifestação. Articulando-se neste contexto político e normatizador da vida humana, a ciência e os avanços científicos dos séculos XVII e XVIII promovem uma viragem epistemológica na forma de interpretar a natureza e os seres que a compõem. Já não se trata mais de remontar uma história natural do mundo, compondo um mosaico onde cada ente e objeto ocupassem um lugar determinado na rigidez da ordem, mas de articular uma história da natureza, onde cada ser, cada ente, revelasse suas particularidades, suas descontinuidades no decorrer do tempo histórico.

Portanto, é no auge da aposta científica de matriz positiva, caracterizada na aposta das possibilidades da ciência em ampliar e aprofundar os conhecimentos humanos em suas dimensões individuais e coletivas, como condição de uma reforma do mundo, que o homem passa a ser objeto de várias ciências que se constituem, entre elas, as ciências humanas. Desta forma, é possível afirmar que as ciências humanas têm na vida humana o foco central de seus olhares, de suas atenções, e o faz através de seu objeto imediato, o homem em suas múltiplas formas de existência e de relações vitais, de vida.

4. As ciências humanas e seus modelos interpretativos

As ciências humanas nascem deste ímpeto cientificista que transpira no século XIX, e transferem das ciências exatas e naturais, métodos e modelos interpretativos, adaptando-os aos

interesses e necessidades no domínio e conhecimento de seu objeto. É desta forma que as ciências humanas se articulam e passam a fazer parte da *episteme* moderna. E é também sob estas perspectivas que se pode dizer que as ciências humanas transversalizam, transitam, dialogam através de seu objeto, com as várias áreas científicas constituídas e canonizadas no Ocidente. Porém, se esta característica lhe confere determinadas prerrogativas no arcabouço epistemológico ocidental, por outro não faltam acusações de que as ciências humanas não reúnem as condições para se estabelecerem como ciência. Neste sentido, figurariam como “falsas ciências”.

Inútil, pois, dizer que as “ciências humanas” são falsas ciências; simplesmente não são ciências; a configuração que define sua positividade e as enraíza na *epistemê* moderna coloca-as, ao mesmo tempo, fora da situação de serem ciências; e se se perguntar então por que assumiram esse título, bastará lembrar que pertence à definição arqueológica de seu enraizamento o fato de que elas requerem e acolhem a transferência de modelos tomados de empréstimo as ciências. (FOUCAULT, 2007, p. 507).

Nascidas no bojo do projeto positivista moderno, as ciências humanas articulam-se em seu olhar pretensamente objetivo, investigativo em relação ao homem, em três modelos interpretativos distintos. No modelo biológico, “o homem aparece como um ser que tem *funções* – que recebe estímulos (fisiológicos, mas, também sociais, inter-humanos, culturais), que responde a eles, que se adapta, evolui, submete-se as exigências do meio, harmoniza-se com as modificações que ele impõe (...)” (FOUCAULT, 2007, p. 494). Ao conceberem o homem a partir de

pressupostos biológicos, as ciências humanas procuram estabelecer estruturas conceituais que lhes permitam estabelecer referenciais normalizadores sobre padrões de comportamento humano. Esta perspectiva teórica e conceitual parte do pressuposto de que o ser humano está vinculado a uma natureza humana, determinando assim sua concepção antropológica e suas pretensões de determinação da capacidade de solidariedade humana, de seus impulsos, desejos e necessidades.

Outro modelo interpretativo se estabelece a partir da economia. Ali, “o homem aparece enquanto tem necessidades, desejos, e busca satisfazê-los. Enquanto, pois, tem interesses, visa a lucros, opõe-se a outros homens (...), ele aparece numa irredutível situação de *conflito*.” (FOUCAULT, 2007, p. 494). No modelo econômico, as ciências humanas centram seus esforços na interpretação das ações produtivas do homem em sua individualidade e nas relações sociais de produção. O trabalho se torna uma das categorias centrais dos esforços analíticos da constituição da condição humana e das estruturas sociais, de poder e de saber, derivadas da relação entre capital e trabalho. Sobretudo, o esforço das ciências humanas é compreender o homem em suas relações sociais de produção e os conflitos derivados desta condição vital.

O terceiro modelo interpretativo do homem encontra-se na linguagem, na medida em que sua constituição objetiva se estabelece no ato da constante comunicação de si para si, de si para com o outro e de si com o mundo. “As condutas dos homens aparecem como querendo dizer alguma coisa; seus menores gestos, até em seus mecanismos involuntários e até em seus malogros, têm um *sentido*” (FOUCAULT, 2007, p. 494). A partir do estudo das estruturas

lingüísticas, as ciências humanas procuram compreender a constituição do humano no seio do reino da necessidade cega que constitui a natureza em sua totalidade, as inúmeras representações culturais que constituem o mundo humano em sua pluralidade de formas de manifestação.

5. As ciências humanas e o desenvolvimento

Estas três perspectivas interpretativas em relação ao homem constituem os pressupostos centrais, a partir dos quais as ciências humanas constituem especificamente seu objeto, e se posicionam diante das diversas formas que a vida humana assume do ponto de vista psicológico, antropológico, sociológico, etnológico, histórico, entre outras ramificações das ciências humanas. É também, sob estes pressupostos que as ciências humanas justificam suas intervenções interpretativas e analíticas na vida de grupos, comunidades e sociedades em sua totalidade. Desta forma, as ciências humanas justificam-se na medida em que o homem passa a existir permitindo sua objetivação e, portanto, sua entrada no campo da epistemologia. “A cultura ocidental constituiu, sob o nome de homem, um ser que, por um único e mesmo jogo de razões, deve ser domínio positivo do saber e não pode ser objeto da *ciência*.” (FOUCAULT, 2007, p. 507)

Sob tais pressupostos, é preciso ter presente que os discursos relacionados ao desenvolvimento estão estreitamente vinculados à emergência e afirmação das ciências humanas. Nos séculos XVIII e XIX, as filosofias do progresso articulavam-se prioritariamente com o otimismo do desenvolvimento humano a partir de suas capacidades e demandas científicas e tecnológicas aplicadas aos mais diversos campos produtivos, incidindo sobre indivíduos e

coletividades. A aposta da modernidade apresentava-se na crença de que o domínio científico e técnico levaria os seres humanos assumirem o pleno controle dos desígnios naturais e sociais. A radicalização destas apostas se apresentou na forma de uma racionalidade política e científica que permitiu às sociedades humanas progressos sem precedentes na história da humanidade. O aumento da produtividade, a diminuição das distâncias com o desenvolvimento de meios de transportes mais eficientes e eficazes, a capacidade técnica de comunicação a longas distâncias, avanços na medicina e por extensão o aumento da longevidade são alguns dos efeitos propositivos da modernidade em sua aposta científica e técnica. Nesta perspectiva, as ciências humanas contribuíram para a afirmação dos discursos sobre o desenvolvimento, sobretudo, a partir do reconhecimento da importância das filosofias do progresso, cujo auge se apresenta no século XIX, e suas contribuições para a melhoria da qualidade de vida das sociedades ocidentais.

Por outro lado, foi preciso reconhecer efeitos colaterais do progresso, entre eles a afirmação de uma racionalidade instrumental que conduziu seres humanos aos trágicos episódios do início do século XX, nas duas grandes guerras, incluindo o holocausto nazista, além do *gulag* stalinista, dizimando milhões de vidas humanas. E não foram poucos os pensadores sociais que chamaram o século XX de “século do horror”. (SZTOMPKA, 1998, p. 71). Ao perscrutar cotejadamente seu objeto, qual seja, o homem em suas múltiplas variáveis que transitam da natureza à condição humana, as ciências humanas também contribuíram com o reposicionamento das apostas de uma sociedade de pleno progresso para

sociedades em que o desenvolvimento humano, social, econômico e cultural assumisse perspectivas menos otimistas.

Noutras palavras, as ciências sociais constataram que o desenvolvimento não se apresenta como algo ilimitado e necessariamente disponível a todas as sociedades na forma de um determinismo histórico-social. Essa forma foi sugerida por vários e notáveis autores que constituíram as ciências sociais, desde Augusto Comte, passando por Herbert Spencer, Emile Durkheim, mas também Karl Marx. Todos foram visivelmente afetados por esse determinismo em relação à ideia do progresso. Aliás, a ideia do progresso foi duramente criticada na segunda metade do século passado e chegou a ser abandonada, substituída pelo conceito de crise, refletindo o pessimismo com o projeto do homem ocidental e o fim das utopias. Nesse contexto de fim das grandes narrativas, o sociólogo britânico Robert Holton sugeria a morte da ideia de progresso, afirmando que “o pensamento social contemporâneo está dominado, senão obcecado, pela ideia de crise”. (SZTOMPKA, 1998, p. 73).

Todavia, não é possível abandonar a ideia de progresso. No máximo, a substituímos pelo desenvolvimento, que soa mais contemporâneo, mas carrega o mesmo gene. Faz parte da “carga genética” que conduziu até aqui o homem ocidental, esse objeto das ciências humanas. Ainda que uma quimera – fosse assim reconhecida a ideia do desenvolvimento – se trataria de um necessário autoengano, elemento tão metafórico quanto psicológico, necessário à sobrevivência do homem ocidental, como inúmeras instituições sociais. No dizer do sociólogo polonês Piotr Sztompka, “é uma ideia demasiado importante para a mente humana, fundamental demais para o alívio das

tensões e incertezas existenciais (...).” O autor reconhece, na última década do século XX, todo o desgaste da ideia de progresso, mas afirma que ela se recuperará. Precisa ser “revisada e reformulada, purificada de certas premissas ultrapassadas e enganosas”, a fim de “recuperar seu lugar na imaginação humana”. (SZTOMPKA, 1998, p. 73/74).

Precisamente nesse rumo, e no reconhecimento dos limites e falhas do determinismo evolucionista, as ciências humanas passaram a sugerir que as condições ao desenvolvimento dependeriam da capacidade e disponibilidade de indivíduos e coletividades estabelecerem condições comunicativas e cooperativas suficientes diante dos desafios humanos e sociais que se lhes apresentam. É uma das abordagens inerentes a esse espectro é o evolucionismo cultural de Talcott Parsons, quando promove o encontro do evolucionismo de Durkheim com o idealismo de Max Weber. De um lado, toma a ideia da transição do simples ao complexo, também manifesta em Comte e Spencer, e a traz para a esfera da cultura, sugerindo o estudo sobre os valores e seus significados (PARSONS, 1965). A tese geral é que as sociedades evoluiriam culturalmente através do aperfeiçoamento da linguagem e das leis.

Ainda nesta perspectiva, a contribuição das ciências humanas à lógica do discurso em torno do desenvolvimento se apresenta contemporaneamente no fato de apontar para as condições necessárias ao desenvolvimento da criatividade, da inovação e do empreendedorismo. Elas estariam presentes nos seres humanos a partir de certas condições sociais que contribuem para a formação de indivíduos que possuem apreço pelo belo, pela

liberdade e, sobretudo, na vontade de tomar o mundo em suas próprias mãos e, compartilhá-lo politicamente com seus próximos, com sua comunidade, com sua região, ou mesmo almejar tal condição para seu país.

Dessa interpretação compartilham inúmeros cientistas sociais, entre os quais Samuel Huntington e Lawrence Harrison, ambos organizadores de um excelente compêndio de 22 artigos, intitulado “Cultura importa...”. O livro é o esforço de vários autores em apontar as profícuas relações entre cultura, economia e política. Sem desconsiderar a falta de unanimidade entre culturalistas e não-culturalistas, o objetivo geral dos autores é tentar demonstrar até que ponto os fatores culturais podem ser obstáculos ou estímulos ao desenvolvimento. Ali, a ideia de “progresso humano” é recuperada de um ponto de vista contemporâneo, definindo-a como o resultado do “desenvolvimento econômico e do bem estar material, da justiça socioeconômica e da democracia política”. (HARRISON; HUNTINGTON, 2002, p. 13). A abordagem culturalista é predominante, embora não exclusiva no livro, permitindo importante confrontação com outras interpretações, como o relativismo cultural, o institucionalismo, o economicismo, entre outros. De todo modo, a abordagem culturalista contemporânea, que talvez possamos ligá-la ao neoevolucionismo, não pode ser acusada de determinismo de outrora. Assim, podemos dizer que, em relação à ideia-força do desenvolvimento, o caminho nas ciências humanas está reaberto e é preciso explorá-lo.

Considerações finais

A afirmação das ciências humanas em sua tríade teórica e conceitual contribuiu juntamente com a filosofia e

as demais áreas do conhecimento humano, para um reposicionamento do humano no mundo. Ao compreender, ou mesmo problematizar aspectos tidos como estabelecidos no que concerne aos seres humanos, as ciências humanas corroboraram para a crítica das filosofias do progresso e, concomitantemente, para a transição e constituição das filosofias do desenvolvimento, que em seus fundamentos constitutivos implicam em reconhecer os pressupostos científicos, técnicos, econômicos, sociais, culturais, políticos, linguísticos e biológicos sobre os quais se apresenta o humano. Enquanto, as filosofias do progresso enfatizavam os avanços da ciência e da técnica no mundo, a natureza e o humano, as filosofias do desenvolvimento vinculadas prioritariamente às ciências humanas procuram refletir o humano como resultantes da qualidade de vida em sua multiplicidade de possibilidades constitutivas.

Nesse sentido, as teorias da modernização e da convergência tem oferecido importantes contribuições para refletir sobre a mudança social das nações, representando “as últimas encarnações da orientação evolucionista” (SZTOMPKA, 1998, p. 229). Sem incorrer no determinismo unilinear, no naturalismo e no conhecido etapismo de Rostow, assimilama diversidade histórica e cultural das sociedades. Assim, essas teorias têm apresentado o válido esforço de identificar algumas regularidades entre as sociedades, em suas trajetórias de desenvolvimento. Entre os pontos de convergência estão a modernização tecnológica, a afirmação de instituições democráticas e das políticas de bem-

estar social. Trata-se de uma importante dica a autores das ciências humanas no Brasil, notadamente os que se debruçam sobre o tema do desenvolvimento local, territorial e regional. Em geral, essas teorias não têm aparecido nesse tipo de abordagens, deixando abertos, aqui, a provocação e o desafio.

Referências

- ARISTÓTELES. **De Anima**. Tradução, apresentação e notas Maria Cecília Gomes dos Reis. São Paulo: Ed. 34, 2006.
- ASSMANN, Selvino José. **O ser humano como problema**: Por um humanismo trágico e cristão. (In) ROCHA, Maria Inês (Org.). *Humanismo e direitos: festschrift a Agenor Brighneti*. Passo Fundo: Berthier, 2007. Páginas 203 a 238.
- FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. Tradução Salma Tannus Muchail. 9ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- HARRISON, Lawrence E.; HUNTINGTON, Samuel P. **A cultura importa**. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- LEIS, Hector Ricardo; ASSMANN, Selvino José. **Crônicas da polis: da democracia à corrupção, da esquerda à direita, do terrorismo à natureza humana, do mal amizado, da religião à técnica**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2006.
- NIETZSCHE, Friedrich W. **Assim falou Zaratustra**. Tradução: Eduardo Nunes Fonseca. Curitiba: Hemus, 2002.
- PARSONS, Talcott. (1965), **Max Weber**, 1864 – 1964. In: *American Sociological Review*, vol. 30, issue 2, april.
- SZTOMPKA, Piotr. **A sociologia da mudança social**. Trad. Pedro Jorgensen Jr. Rio, Civilização Brasileira, 1998.

Recebido em 2018-10-16
Publicado em 2018-12-06